

DOCUMENTOS

1. A IDENTIDADE CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL

DOC. 1 A DIVERSIDADE DO PODER POLÍTICO NA EUROPA MEDIEVAL

Das monarquias e Estados herdeiros do poder político que se estruturaram entre os séculos XI e XIV, nem mesmo os mais fortes estavam dinasticamente seguros e territorialmente definidos. Para considerar apenas um exemplo, todo o Oeste da atual França oscilava entre a França e a Inglaterra – e assim continuaria até ao século XV. Mas o futuro esboçava-se já na formação de conjuntos territoriais que, através de avanços e recuos, e metamorfoses, caminhavam para a reunião de pequenas células medievais. [...]. Há três realizações que ocupam o primeiro plano. Depois da conquista normanda (1066), a Inglaterra é que primeiro dá [...] a imagem de uma monarquia centralizada. Já em 1085 o [...] *Domesday Book*, enumera as possessões e os direitos do rei e dá à autoridade real uma base incomparável. [...] No início do século XIII estala uma grave crise que se prolonga durante dezenas de anos. João Sem Terra tem de resignar-se a ver o poder real limitado pela *Magna Carta* (1215) [...]. Mas Eduardo I (1272-1307) e mesmo Eduardo II (1307-1327) conseguem restaurar o poder real aceitando um controlo parlamentar que faz colaborar nobres, eclesiásticos e burgueses das cidades no governo. As guerras [...] ensinaram aos ingleses o armamento e novas táticas e fizeram com que uma parte do povo participasse na ação militar do mesmo modo por que participava no governo local e central. No início do século XIV, a Inglaterra era o mais moderno e mais estável de todos os Estados cristãos. [...] Mas a França dos princípios do século XIV também não deixava de ter a sua grandeza. [...] a França já em 1244 mostrara a sua coesão atrás de um rei perante a ameaça do imperador alemão, que teve de recuar. [...] Os progressos, [...], foram fulminantes sob Filipe Augusto (1180-1223), aumentaram e consolidaram-se sob [...] Luís IX (s. Luís, 1226-1270) [...] e Filipe IV, *o Belo* (1285-1314). A base financeira do poder real francês continuava fraca e o rei continuava a extrair o essencial dos seus recursos dos domínios pessoais, a «viver do seu»; mas tinha nas mãos a administração desde a instituição, sob Filipe Augusto dos bailios ^{magistrados judiciais do rei} ou senescais e dos prebostes ^{cargo judicial}, desde a ampliação e especialização do Conselho da Corte do rei em matéria de finanças e, principalmente, de justiça e com o Parlamento organizado por Filipe, *o Belo*, em 1303, que chamou a si cada vez mais assuntos, à medida que ia tendo cada vez mais êxito o «apelo» ao rei. Como em Inglaterra, os Estados Gerais, compostos de prelados, barões e burgueses ricos das cidades, que Filipe, *o Belo*, reuniu, eram mais uma ajuda que uma limitação do poder do rei e dos seus conselheiros, os «legistas» formados nas universidades, imbuídos de direito romano e postos ao serviço do soberano – «imperador no seu reino» –, [...]. Os êxitos da unificação monárquica foram menores na Península Ibérica, onde, apesar de uniões passageiras, os reinos continuavam separados. Portugal (que foi reino a partir de 1140), Navarra, Castela, que em 1230 absorve Leão e Aragão – [...] – parecem formações duradouras. Mas cada reino realiza, no interior das suas fronteiras – mutações conforme os progressos da Reconquista e as combinações dinásticas –, notáveis progressos de centralização. Em Castela, o reinado de Afonso X, *o Sábio* (1252-1284) é a época da redação do grande código das *Siete Partidas* [...]. As condições especiais da Reconquista e do repovoamento da Península, principalmente, permitiram ao povo participar largamente do governo em assembleias locais [...] e nas Cortes que desde meados do século XIII funcionaram em todos estes reinos. O fracasso da centralização monárquica é mais manifesto em Itália e na Alemanha. A leste e a norte, as querelas dinásticas, a fragmentação feudal e a imprecisão das fronteiras trabalham contra a autoridade do poder central [...].

Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Vol. I,
Ed. Estampa, Lisboa, 1983, pp. 135-137.

1. A partir da leitura do documento, **identifique**:

- a) os reinos com monarquias mais centralizadas;
- b) os países em que a centralização régia foi menos conseguida;
- c) os fatores que possibilitaram a centralização do poder do rei nesses reinos;
- d) os motivos que impediram o processo de centralização régia nalguns países da Europa no século XIII.

Proposta de resolução

1.

- a)
 - França;
 - Inglaterra;
 - Portugal;
 - Navarra;
 - Castela.
- b)
 - Alemanha;
 - Itália.
- c)
 - **Inglaterra:**
 - a criação de legislação que permite fortalecer a autoridade régia definindo o que é seu;
 - a autoridade régia moderada pela *Magna Carta* e pela participação dos nobres, dos eclesiásticos e dos burgueses no governo.
 - **França:**
 - a autoridade régia dominava a administração com a nomeação de magistrados: os bailios e os prebostes;
 - a ampliação e a especialização do Conselho da Corte onde cada vez se debatiam mais assuntos (finanças e justiça);
 - a necessidade de um corpo de funcionários, os legistas, que auxiliavam o rei nas questões administrativas cada vez mais complexas.
 - **Portugal, Navarra e Castela:**
 - a Reconquista e o povoamento contribuíram para que o rei ganhasse papel predominante na organização do reino face aos senhores;
 - a concessão de terras ao povo em assembleias locais (concelho) também ajudou a reforçar o poder do rei face ao poder senhorial;
 - a participação nas Cortes permitiu ao monarca controlar os abusos senhoriais.
- d)
 - as disputas dinásticas;
 - a fragmentação do poder;
 - a imprecisão das fronteiras.

1. A IDENTIDADE CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL

DOC. 2 O PAPEL DAS COMUNAS

As comunas do final do século XIII tinham um programa político mais ambicioso do que os das suas predecessoras [do século XI e XII]. Contribuíam com dinheiro para os hospitais locais, ermidas, monges e freiras, e ajudavam as novas ordens de frades, os Franciscanos e Dominicanos, ativos nos assuntos da cidade. [...] Todas as suas decisões refletiam as escolhas feitas pelos grupos que as dirigiam e valorizavam a sua autonomia. [...] As comunas emergiram nos Países Baixos e no norte da Itália e encontraram alguns imitadores no sul de França e na Alemanha. À medida que as populações se agrupavam promoviam os seus próprios interesses. [...] Durante os séculos XIII e XIV, muitas comunas entraram em lutas cívicas [...] frequentemente aliadas à aristocracia ou mesmo ao rei, debatendo-se pelo controlo das instituições urbanas que pareciam garantir o sucesso económico.

Steven A. Epstein, *An Economic and Social History of Later Medieval Europe: 1000-1500*, Cambridge University Press, USA, 2009, pp. 108-110.
[adaptado]

1. Explícite, segundo o autor, o papel desempenhado pelas comunas no final do século XIII.

Proposta de resolução

Explicitação clara de três de entre as seguintes evidências:

- desempenhavam um importante papel político (controlo dos órgãos de poder local);
- desempenhavam um importante papel social (apoio à construção de hospitais, de ermidas e às ordens religiosas);
- procuravam assegurar o seu governo como forma de se libertarem do poder senhorial e afirmarem a sua autonomia;
- defendiam fortemente os interesses daqueles que moravam na comuna;
- procuravam alcançar o sucesso económico.

1. A IDENTIDADE CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL

DOC. 3 AS COMUNAS E O PODER SENHORIAL

O movimento que pretendia afrontar o poder dos senhores floresceu em muitas cidades italianas no final do século XIII. Este movimento pretendia, através de legislação, neutralizar a força destes homens poderosos. A natureza desta força e das medidas que a eles se opunha está ilustrada em algumas leis promulgadas em 1260 pelo “popolo” de Perugia:

1. *Nenhum homem pode ser tornado vassalo de outro, ou jurar-lhe fidelidade; aquele que o fizer será decapitado bem como o homem que recebeu o juramento e o notário que registar esse ato.*
2. *Nenhum membro do “popolo” pode recorrer a um qualquer senhor no que refere aos negócios que tenha na comuna antes de recorrer ao magistrado da cidade, capitão ou qualquer outro oficial.*
3. *Nenhum membro do “popolo” pode atrever-se a estabelecer conversação com um qualquer senhor ou estar na sua companhia quando for ou regressar da Corte ou do palácio da comuna, ou em qualquer outra parte da cidade no momento em que o senhor esteja envolvido numa luta ou numa querela.*

Daniel Waley; Peter Denley, *Later Medieval Europe: 1250-1520*,
Logman, U.K., 2001, p. 19.
[adaptado]

1. **Identifique** os meios encontrados pelo “popolo” de Perugia para afrontar o poder dos senhores.

Proposta de resolução

Identificação clara de três de entre os seguintes meios:

- promulgação de legislação que garantisse a limitação do poder senhorial;
- aprovação de fortes penalizações para os que desrespeitassem as leis das comunas;
- impedimento da criação de laços de vassalagem.

1. A IDENTIDADE CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL

DOC. 4 A LUTA ENTRE O PODER ESPIRITUAL E O PODER TEMPORAL

A história política do Ocidente medieval é especialmente complicada porque reflete a extrema fragmentação [...] dos poderes públicos [...]. Entre os muitos senhores, a Igreja – e as igrejas –, as cidades, os príncipes e os reis, os homens da Idade Média não sabem sempre de quem dependem politicamente [...]. Duas figuras parecem conduzir a cristandade: o papa e o imperador. [...] Em 1122 chega-se, em Worms, a um compromisso: o imperador abandona ao papa a investidura «pelo báculo e pelo anel» e promete respeitar a liberdade das eleições e das sagrações mas conserva, porém, a investidura «pelo cetro» do poder temporal dos bispos. A luta reacende-se, sob uma forma ou outra, com Frederico I Barbarroxa (1152-1190), que, depois de ter-se visto também obrigado a humilhar-se em Veneza perante Alexandre III, [...] recuperou na paz de Constança (1183) o essencial do seu domínio sobre a Itália e, com isso, um dos seus principais meios de pressão sobre o papado. O conflito entre o Sacerdócio e o Império chega ao paroxismo ^{apogeu} com Frederico II na primeira metade do século XIII. Os papas Inocêncio III (que morreu em 1216), Gregório IX (1227-1241) e, principalmente, Inocêncio IV (1243-1254) enfrentaram o imperador com sortes diversas. O papado pareceu, por fim, sair vitorioso. Frederico II, excomungado e deposto no Concílio de Lyon (1245), combatido por quase todos na Alemanha e em Itália, morreu em 1250 deixando o império presa da anarquia do Grande Interregno (1250-1273). Mas, encarniçando-se contra um ídolo de pés de barro, uma potência anacrônica – o imperador –, o papa esquecia – e, por vezes, até favoreceu – a ascensão de um novo poder, o poder dos reis. O conflito entre o mais poderoso deles, o rei de França, Filipe o Belo, e o papa Bonifácio VIII terminou com a humilhação do pontífice, esbofetado em Anagni (1303), e com o exílio, o «cativeiro» do papado em Avinhão (1305-1376). Na primeira metade do século XIV, o choque entre o papa João XXII e o imperador Luís da Baviera será apenas uma sobrevivência, que permitirá aos partidários de Luís, especialmente a Marsílio de Pádua, com o seu *Defensor Pacis* (1324), definir uma nova cristandade em que o poder temporal e o poder espiritual ficam nitidamente separados. A laicização chega, com ele, à ideologia política.

Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Vol. I, Ed. Estampa, Lisboa, 1983, pp. 130-132.

1. **Explicita**, a partir do documento, as manifestações da luta entre o poder espiritual e o poder temporal.

Proposta de resolução

Explicitação clara de três de entre as seguintes ideias:

- a procura de alcançar um compromisso pela Concordata de Worms, segundo a qual cabia ao imperador a investidura dos bispos no seu poder temporal;
- a oposição entre o papado e o imperador do Sacro Império Romano-Germânico na luta pela supremacia do poder;
- a luta pela supremacia conduziu à fragmentação da autoridade do imperador;
- a luta com o imperador contribuiu para o fortalecimento do poder régio;
- o rei de França obteve a supremacia humilhando o papa Bonifácio VIII;
- a luta traduziu-se no cisma de Avinhão;
- o poder espiritual e o poder temporal acabam por se separar na primeira metade do século XIV.

1. A IDENTIDADE CIVILIZACIONAL DA EUROPA OCIDENTAL

DOC. 5 OS PROBLEMAS DO SÉCULO XIV

O processo de expansão da área cultivada chegou ao fim na França e no sul da Inglaterra em meados da centúria anterior, e alguns sinais de depressão começaram a instalar-se nalguns setores da economia europeia a partir do primeiro quartel do século XIV. De acordo com as teorias de Malthus, [...] a população em certas zonas da Europa excedia os recursos alimentares pelo que uma série de más colheitas seriam responsáveis por fomes aterradoras. Estas foram seguidas de epidemias de peste bubónica (de que a mais séria foi a “Peste Negra” de 1348-49), e a recuperação foi estrangulada pelas guerras generalizadas associada à desorganização da vida económica e aos pesados impostos. As evidências, no que respeita ao movimento dos glaciares suíços, sugerem que podem ter ocorrido alterações climáticas, com um arrefecimento do clima. A história deve talvez começar com as fomes de 1315-17, que afetaram todo o norte e leste da Europa e zonas da região do Mediterrâneo. Três más colheitas sucessivas (1314-16) provocaram uma falta de cereais na Escandinávia, nos países Eslovacos, na Alemanha, na Flandres, em França, em Inglaterra e no norte da Itália. O preço dos cereais [...] em Antuérpia triplicou num período de sete meses. Os animais tornaram-se insuficientes e há registos de canibalismo. [...] A peste e a fome eram aliadas, já que os campos e os rebanhos foram negligenciados em tempos de epidemias, e a subalimentação enfraqueceu as resistências à doença. Ambas foram ajudadas pela guerra, a mais dura destes três fatores. Parece haver um consenso de que [...] as guerras deste período foram mais ruinosas do ponto de vista das consequências económicas. [...] A forma mais usual de prejudicar um inimigo era destruir as suas colheitas – [...] – pelo que uma curta campanha militar podia significar anos de fome. [...] O aumento dos impostos era outra consequência da guerra [...]. Outro fator, o decréscimo populacional, é mais complexo. Independentemente da sequência das causas, é certo que o período de crescimento demográfico chegara ao fim em muitas zonas da Europa antes da Peste Negra de 1348-49 e que esta apenas acentuou uma tendência já existente. As estimativas consideram que nas áreas mais afetadas a população decaiu mais de um quarto com esta epidemia [...].

Daniel Waley; Peter Danley, *Later Medieval Europe: 1250-1520*, Longman, UK, 2001, pp. 93-98 [tradução adaptada].

- 1. Apresente** cinco características da vivência social e económica que, segundo o texto historiográfico, marcaram a primeira metade do século XIV.

Proposta de resolução

Apresentação clara de cinco de entre as seguintes características:

- fim da expansão agrária nalgumas zonas da Europa;
- sinais de depressão económica começaram a despontar;
- recursos alimentares disponíveis eram insuficientes para alimentar população em crescimento;
- alterações climáticas provocaram uma série de maus anos agrícolas;
- escassez de cereais;
- aumento do preço dos cereais;
- falta de animais;
- fome generalizada (subalimentação);
- epidemias, sendo a mais mortífera a peste negra;
- estado de guerra, sobretudo a Guerra dos Cem Anos;
- destruição das colheitas;
- aumento dos impostos para fazer face ao aumento das despesas militares;
- decréscimo acentuado da população.

2. O ESPAÇO PORTUGUÊS – A CONSOLIDAÇÃO DE UM REINO CRISTÃO IBÉRICO

DOC. 1 A CONQUISTA DE LISBOA

Os bispos foram ter com o rei, e acompanharam-no para se encontrar com os cruzados. D. Afonso pretendia deliberar só com os comandantes, mas foi-lhe pedido que fizesse primeiro as suas propostas em público, para discutirem se estavam ou não dispostos a aceitá-las. A resposta do rei foi muito prudente. Admitiu que o oferecimento que se propunha fazer não fosse digno da riqueza [...] dos cruzados, porque a constante luta contra os mouros não lhe tinha permitido acumular grandes tesouros. [...] Reunindo-se, então, com o rei, os representantes de cada grupo estabeleceram com ele um pacto, segundo o qual os cruzados se apropriariam de todo o saque que quisessem, assim como dos prisioneiros e seus resgates. O rei ficaria só com o que eles deixassem, e com os cativos que eles não quisessem. Seria ele que repartiria o território da cidade, mas respeitaria, na distribuição das casas e propriedades, os costumes e privilégios dos Francos. Enfim, os cruzados seriam dispensados do pagamento de portagens daqueles despojos que tencionavam levar consigo. O acordo foi assinado pelo rei, pelos bispos de Braga, do Porto e de Viseu, e pelos nobres Fernão Mendes de Bragança, Fernão Cativo, Gonçalo Mendes de Sousa, Moço Viegas de Ribadouro e outros membros do séquito real. Antes de iniciarem as hostilidades, os cristãos tentaram conseguir a rendição pacífica dos mouros. O autor da carta atribui a D. João Peculiar um discurso persuasório baseado na argumentação de que a terra da Hispânia pertencia de direito aos cristãos. Os anciãos dos sitiados, como era de prever, não ficaram convencidos, e responderam que o destino dos homens está inteiramente na mão de Deus, e por isso ninguém o pode alterar. Resignavam-se de antemão à vontade de Deus, qualquer que ela fosse, mas não se rendiam. O bispo do Porto reconhece, então, o fracasso da tentativa de conquista pacífica. As hostilidades têm início no dia 1 de julho [...]. Nessa altura ainda havia muitos mouros nos bairros de fora das muralhas. Os seus habitantes morreram na refrega ou consumidos pelo fogo que os cruzados puseram às casas logo no primeiro dia de combate. Depois, organizado o cerco para isolar a cidade, edificaram duas igrejas para junto delas sepultarem os mortos [...]. Entretanto, prepararam-se as máquinas de guerra. [...] Os sitiados tentaram obter auxílio externo [...]. Ao fim do primeiro mês de cerco, os alimentos começaram a escassear na cidade. A defesa foi esmorecendo. Finalmente, depois de uma investida mais impetuosa, [...], os sitiados pediram tréguas. De facto, organizou-se a entrada solene do exército vitorioso, tendo à sua frente o arcebispo e os bispos com a bandeira da cruz, seguidos pelo rei e pelos chefes dos cruzados e finalmente pelos 300 homens escolhidos para superintender na entrega do espólio. [...] Era o dia 25 de outubro de 1147. Nesse mesmo dia, sábado, os mouros começaram a abandonar a cidade [...].

José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Temas e Debates, Lisboa, 2007, pp. 242-247.

1. **Enuncie** as condições estabelecidas para garantir o auxílio dos cruzados na conquista de Lisboa.
2. **Explicita** como se processou a conquista de Lisboa.

Proposta de resolução

1. Enunciado claro de três das seguintes condições:

- o rei estabeleceu um pacto em que garantia aos cruzados o saque, os prisioneiros e os seus resgates;
- o rei ficava apenas com espólio deixado pelos cruzados;
- o rei ficava responsável pela distribuição das casas e das propriedades (respeitando os costumes dos Francos) ou seja, o rei assume o direito de presúria;
- o rei concedeu a isenção do pagamento de portagens aos cruzados.

2. Explicitação clara de três de entre as seguintes evidências:

- os cristãos tentaram evitar as hostilidades através da rendição pacífica dos mouros;
- os mouros rejeitaram o acordo de rendição;
- o conflito iniciou-se a 1 de julho;
- os cruzados incendiaram as casas;
- estabeleceu-se o cerco à cidade;
- registou-se a tentativa dos mouros em obter auxílio do exterior;
- decidiu-se efetuar um cerco à cidade que acabou por conduzir à fome;
- os mouros acabaram por ceder em consequência de um ataque mais vigoroso;
- os vencedores entraram dentro das muralhas, em outubro de 1147, ao fim de três meses de hostilidades;
- a conquista é concluída com o abandono da cidade pelos mouros.

2. O ESPAÇO PORTUGUÊS – A CONSOLIDAÇÃO DE UM REINO CRISTÃO IBÉRICO**DOC. 2 OS CONCELHOS**

Numa sociedade de tipo agrícola em que a maioria da população vivia dos produtos da terra ou dos seus rendimentos, a nobreza detinha o predomínio económico. Porém, à medida que o avanço da Reconquista libertava o trabalho rural das devastações da guerra e em que o poder central fomentava o povoamento de vastas zonas do interior, novos meios de expansão se abriram para a vida local. A ação dos mercadores e o trabalho dos mesteres também contribuíram para uma economia de troca que fixava tipos artesanais, aumentava os bens de produção e fazia de cada terra um centro económico de autoconsumo, cada vez menos dependente das povoações vizinhas. Assim se desenvolveu na segunda metade do século XIII a vida municipal, graças às cartas de foral que a coroa ou certos particulares outorgavam. A autonomia local passou a constituir um direito sagrado que se manifesta na letra dos seus foros e na voz dos seus procuradores, fortalecendo a visão municipalista como aliada da coroa e como vetor do desenvolvimento regional [...]. A instituição do concelho assentava num foral ou carta de foral, diploma que regulava a administração, as relações sociais e os direitos e encargos dos moradores. Trata-se da «lei orgânica local» [...], que fixava também os limites do território, garantia o direito de propriedade e determinava os tributos e prestações que os vizinhos deviam pagar ao outorgante. [...] Eram autênticas cartas de privilégio, não apenas porque impunham uma lei escrita, mas também porque defendiam os foros municipais contra todas as opressões e abusos da classe senhorial e dos oficiais régios [...]. A outorga do foral partia, em via de regra, do monarca, mas casos houve em que foi concedido pelo senhor da terra [...]; por membros da família real [...]; por prelados [...]; por autoridades religiosas [...]; e por membros das ordens militares. [...] Como se processava a organização municipal? Para os séculos XII e XIII era ainda reduzida. O cargo supremo residia no alcaide ou pretor, nomeados pelo rei e, em princípio de origem nobre; ou no juiz, que representava o poder civil e militar da coroa [...]. Sucedeu também que o alcaide era escolhido entre os homens-bons do concelho. [...]

Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Ed. Verbo, Lisboa, 1990, pp. 184-190.

1. **Explicita** os fatores que possibilitaram o desenvolvimento da vida municipal no século XIII.
2. **Refira** como se processava a organização municipal.
3. **Enuncie** as prerrogativas estabelecidas pela carta de foral.

Proposta de resolução

1. Explicitação de três de entre os seguintes fatores:

- o avanço da Reconquista;
- a necessidade de promover o povoamento;
- a menor dependências entre as comunidades;
- o desenvolvimento do comércio e do artesanato;
- o apoio dos monarcas à formação de concelhos para limitar o poder senhorial e aumentar a sua esfera de influência.

2. Referência clara a três de entre os seguintes procedimentos ou características da organização:

- o processo iniciava-se com a atribuição da carta de foral;
- a organização da vida municipal evolui a partir do século XII com a definição mais pormenorizada das regras de organização do poder local, estabelecidas na carta de foral;
- o alcaide era, inicialmente, o cargo mais importante;
- o juiz detinha o poder militar e civil;
- a nomeação do alcaide era feita, numa primeira fase, pelo rei ou entre os homens-bons do concelho.

3. Enunciado claro de três de entre as seguintes prerrogativas:

- concedia autonomia a uma determinada comunidade;
- regulava a administração, as relações sociais, os direitos e os encargos dos moradores;
- fixava os limites do território;
- garantia o direito de propriedade aos moradores;
- determinava os impostos a pagar;
- prevenia os abusos senhoriais.

2. O ESPAÇO PORTUGUÊS – A CONSOLIDAÇÃO DE UM REINO CRISTÃO IBÉRICO

DOC. 3 O REGIME SENHORIAL E AS INQUIRIÇÕES GERAIS

A afirmação progressiva da supremacia do poder real vai, naturalmente, marcando a subordinação dos senhores à coroa: em vez de formarem uma classe, de que o rei é mero expoente, os senhores vão, pouco a pouco, sendo reduzidos à posição de auxiliares e de delegados do monarca. [...] De modo que a ação da realeza relativamente ao regime senhorial nesta época, reduz-se, por um lado, a tentar coibir os abusos que se verificavam na criação de novas *honras*; por outro, a manter nas terras imunes os senhores dentro dos poderes que lhes haviam sido concedidos, impedindo que os ampliassem e sobretudo que deixassem de respeitar a suprema jurisdição da coroa [...]. Na confusão dos primeiros reinados, em que o rei mal tinha tempo para cuidar dos seus interesses e não dispunha de órgãos governativos que nessa tarefa o auxiliassem capazmente, a euforia das presúrias, as necessidades do povoamento, a liberdade deixada aos nobres e a expansão das igrejas tinham talhado nas terras desocupadas novos domínios e, por vezes, tornado imunes esses domínios sem preciso conhecimento do monarca. Era necessário tirar a limpo o estado do território quanto à sua ocupação, aos direitos da coroa, dos senhores e dos povoadores: tal foi o objetivo do primeiro grande inquérito levado a cabo no Norte do País em 1220 por D. Afonso II – as *Inquirições Gerais*. O modo de criação de imunidades territoriais mais perigoso para os direitos da coroa era através das *honras*. Como temos dito, essa imunidade resultava de a terra pertencer a um fidalgo. Primitivamente só as terras dadas aos nobres para retribuição dos serviços por eles prestados eram imunes. Mas abusivamente todo o fidalgo foi considerando a imunidade das suas terras como privilégio inerente à sua condição. [...] Com D. Afonso III renova-se a necessidade de apurar a situação das terras que no reinado de D. Sancho II voltara a confundir-se, talvez como reação contra o esforço disciplinador de seu pai. E, assim, em 1258, o rei bolonhês ordenava novas *Inquirições Gerais*. No Norte do País para que se saiba quais as terras reguengas e foreiras, os padroados das igrejas pertencentes à coroa, as honras velhas e novas, os coutos, as herdades dos cavaleiros e das ordens religiosas e tudo o que é devido ao monarca. [...] D. Dinis prosseguiu nesta averiguação. As *Inquirições Gerais* do seu reinado iniciaram-se em 1284 e duraram pelo menos até 1308 [...].

Marcello Caetano, *História do Direito Português: 1140-1495*, Ed. Verbo, Lisboa, 1985, pp. 325-326.

1. **Identifique**, com base no documento, os motivos que levaram D. Afonso II a promover as *Inquirições Gerais*.
2. **Defina**, a partir do documento, o que eram terras imunes.

Proposta de resolução

1. Identificação clara de três de entre os seguintes motivos:

- evitar os abusos senhoriais;
- manter nas terras imunes os senhores dentro dos poderes que lhes haviam sido concedidos;
- impedir que os senhores deixassem de respeitar a suprema jurisdição da coroa;
- impedir a ampliação dos poderes dos senhores;
- definir os limites de ocupação do território;
- averiguar o património pertencente à coroa.

2. Referência clara a três das seguintes características:

- eram terras pertencentes a um fidalgo;
- eram terras isentas de obrigações a pagar ao rei;
- eram terras recebidas como recompensa de serviços prestados ao monarca;
- passaram a ser consideradas, abusivamente, todas as terras pertencentes à nobreza.

2. O ESPAÇO PORTUGUÊS – A CONSOLIDAÇÃO DE UM REINO CRISTÃO IBÉRICO

DOC. 4 A CENTRALIZAÇÃO DO PODER RÉGIO EM PORTUGAL

A realza procurou e conseguiu afirmar-se como centro político a partir do qual o reino era visto e governado. Quando Afonso III passou a intitular-se rei, após a morte, no exílio de Toledo, do irmão D. Sancho II, a capacidade militar existente no reino estava ainda voltada para o esforço da guerra externa. Com a conclusão da conquista do Algarve, em 1249, logo no início do reinado do novo monarca, ficou definido, nas suas grandes linhas, o que seria o território português. Com esta iniciativa guerreira Afonso III contribuiu para a pacificação de uma nobreza até pouco antes envolvida em graves confrontos internos, [...], ao mesmo tempo que via reforçar-se o seu prestígio de chefe político e militar. [...] Os anos que permanecera em França, junto de uma das monarquias europeias mais apostadas na afirmação do poder central, permitiram, por certo, a Afonso III uma aprendizagem sobre o curso político e as medidas de governação necessárias para atingir tal fim. Ganho o apoio do alto clero para chegar ao trono e pacificada a nobreza, o rei definiu também uma orientação clara para os concelhos, sobretudo para os de maior peso urbano. Além das muitas cartas de foral concedidas ao longo do reinado, os delegados concelhios passaram a ter presença nas reuniões das Cortes, seguramente a partir das de Leiria, em 1254. O monarca foi-se fixando com a sua corte e por maiores períodos na cidade de Lisboa, cada vez mais a «cabeça do reino». [...] O património da Coroa adaptava-se aos novos tempos e enriquecia com o investimento urbano. A intervenção de natureza legislativa nas atividades económicas intensificou-se, fosse ao nível do tabelamento de preços e salários estipulado na Lei de Almotaçaria de 1253, fosse na concessão de cartas de feira tendentes a fomentar o comércio, fosse ainda na proibição da exportação de produtos considerados vitais para o reino, sobretudo cereais e metais preciosos. [...] A desvalorização da moeda por decisão régia, que chegou a atingir um total de 59 por cento no reinado de Afonso III, constituiu mais um elemento da intervenção da Coroa em matéria financeira. Uma das medidas políticas de Afonso III com maior alcance foi o lançamento de Inquirições Gerais, em 1258. O monarca retomava assim a iniciativa do seu pai, trinta e oito anos depois, mas agora com uma preocupação mais vinculada: fazer o levantamento da propriedade e dos direitos jurisdicionais da Coroa, impedindo os abusos senhoriais. As regiões que o inquérito privilegiou foram precisamente as do Entre-Douro-e-Minho, de Trás-os-Montes e da Beira, onde a presença senhorial era mais forte e a malha de honras e coutos mais apertada. A política de Afonso III relativamente à nobreza constituiu, do ponto de vista da Coroa, um importante sucesso. De facto, o rei procedeu como que a uma reestruturação dos mais altos estratos nobiliárquicos, promovendo uma nova nobreza de corte que ocupou os mais importantes lugares da Administração, dando assim corpo a uma *nobreza de serviço*, de grande fidelidade ao monarca e diretamente implicada na governação do reino. Os cargos mais relevantes passaram a ser desempenhados por figuras fortemente ligadas a Afonso III e identificadas com a sua política. [...] Os próprios serviços da chancelaria, que expediam as leis e as cartas régias e procediam ao registo das decisões do monarca, foram reforçados e centralizados, ganhando maior expressão um corpo de funcionários que dominavam a técnica da escrita e possuíam conhecimentos especializados na área do Direito e da teoria política. O embrião de uma burocracia central começava a crescer e a multiplicar-se. [...] a verdade é que o governo de Afonso III correspondeu a um período de pacificação da nobreza [...]. Mas o mesmo não se pode dizer no que respeita às relações entre o rei e o clero. [...] a relação do monarca com o alto clero e com o papado irá deteriorar-se por completo. [...] Como razão substancial para o conflito esteve o intuito centralizador do rei, apostado em submeter todos ao seu poder, incluindo o alto clero português. [...] O clero queixava-se de o monarca não respeitar as prerrogativas eclesásticas e da atuação dos oficiais régios. As fricções e a crise aberta na relação entre Afonso III e a Igreja arrastaram-se até ao final do reinado,

[...]. Até que, no início de 1279, o papa Nicolau III excomungou o monarca. Foi o culminar de um processo de confronto entre a monarquia portuguesa e o papado, [...]. A política de centralização do poder, ou seja, de afirmação e imposição das prerrogativas régias e de concentração de funções administrativas e políticas na realza, não podia deixar de suscitar reações por parte da hierarquia eclesiástica. Se fora possível pacificar a nobreza e cativar os concelhos, o apoio conferido pelo clero no início do governo de Afonso III teria de encontrar retorno por parte deste, e não ataques ou limitações ao que a Igreja considerava serem seus direitos absolutos. Pelas condições em que encontrara o reino aquando da sua subida ao poder, pela sua abertura ao exterior, pela inequívoca influência do que vira fazer em França, o governo de Afonso III [...] correspondeu a um período de intensas mudanças, sobretudo a nível político e administrativo, mas também no campo económico. [...] A realza da «monarquia feudal» procurava dar lugar a uma monarquia cada vez mais soberana e menos feudalizada [...] o rei *Bolonhês* foi o primeiro, em Portugal, a desenvolver uma política sistemática e coerente visando uma concentração do poder e a sua centralização [...].

História de Portugal, Rui Ramos (coord.), A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009, pp. 107-113.

1. Depois da leitura do texto historiográfico anterior, **caracterize** a ação de Afonso III:
 - a) no domínio económico;
 - b) no plano administrativo;
 - c) no campo social.
2. **Refira** as consequências das medidas implementadas por Afonso III.

Proposta de resolução

1.

- a) Identificação de três de entre as seguintes evidências:
 - aumentou o património da Coroa;
 - criou legislação no sentido de fixar preços e salários;
 - promoveu o desenvolvimento de feiras, e do comércio local, mediante a concessão de cartas de feira;
 - incentivou à proibição da exportação de produtos considerados fundamentais;
 - procedeu à desvalorização da moeda.
- b) Identificação clara de três de entre as seguintes evidências:
 - definiu orientações para os concelhos;
 - estimulou a concessão de cartas de foral;
 - convocou a presença dos representantes dos concelhos nas cortes;
 - promoveu a realização de Inquirições Gerais;
 - reforçou a chancelaria;
 - favoreceu a criação de um corpo de funcionários especializados na administração e nas leis.
- c) Identificação de três de entre as seguintes evidências:
 - procedeu à pacificação da nobreza;
 - reestruturou a nobreza;
 - favoreceu o aparecimento de uma nova nobreza de corte fiel ao monarca, com ação sobre os assuntos da governação;
 - procurou realizar a submissão de todos os grupos sociais;
 - procurou o apoio dos representantes dos concelhos.

2. Referência a três de entre as seguintes consequências:

- centralização do poder na pessoa do rei;
- deterioraram-se as relações com o clero e o papado;
- fortalecimento do poder régio e da sua autoridade;
- monarquia com nova feição, onde a pessoa do rei assume especial destaque.

3. VALORES, VIVÊNCIAS E QUOTIDIANO**DOC. 1 A CATEDRAL**

A fachada de Saint-Denis e das catedrais que dela procedem demonstra o poder do Eterno. A cidade de Deus é o refúgio, o lugar da segurança, onde as milícias celestes mantêm guarnição vitoriosa. Fortaleza inquestionável: as forças malignas, os fermentos de corrupção que ela anula, contra ela não podem prevalecer [...]. Como a cruzada, assumindo a vocação militar da sociedade feudal, impele esta pelos caminhos da salvação. [...] Quando Suger [...] introduziu no edifício o princípio da verticalidade que, até ao fim da Idade Média, lança para o céu todas as novas igrejas episcopais [...]. Saint-Denis, modelo da igreja gótica, era uma abacial, um edifício concebido para o desenrolar das liturgias monásticas, encostado ao claustro e comunicando com ele pela passagem transversal do transepto. Formava o oratório privado duma comunidade fechada, onde o povo era por vezes admitido, mas onde não deixava de ser um intruso, ao passo que a catedral é o santuário da cidade, o do clero e do povo [...]. *Clerus et populus*: a catedral, a igreja aberta, devia acolher os dois corpos da sociedade cristã. [...] No espaço interno da catedral, foi por esta razão reservada a melhor parte e o conjunto do edifício desenvolveu-se de maneira a responder em primeiro lugar às exigências da missão própria deles [...]. Quanto ao povo, ficou contido perto da entrada, ou então, como já nas basílicas dos mosteiros de peregrinação, foi instalado por cima das colaterais, em tribunas que dominavam a nave central. Não era mais do que espectador. Assistia ao ofício, não participava nele. Entretanto, a catedral apresentava no seu interior um espaço diferente do da basílica monástica, e isto por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque os clérigos não estavam isolados do mundo [...]. O espaço da catedral tende assim para a unidade. [...] A nova teologia da iluminação implicava a unidade estrutural. A luz, aparece simultaneamente como o próprio Deus e como o agente da união entre a alma e Deus, deve encher inteiramente o reino cujo campo os muros da catedral simbolicamente delimitam. [...] Na Sainte Chapelle, que não é mais que um relicário, atinge-se a unidade total. [...] «Ó vós que haveis dito: “Eu sou a porta e aquele que por mim entrar será salvo”, mostrai-nos com evidência de que morada sois a porta, em que momento e em que são aqueles a quem a abris ... a casa de que sois a porta é o céu que o vosso Pai habita». À invocação de Guilherme de Saint-Thierry, a catedral dá resposta. Jesus é o caminho, e a catedral, corpo de Cristo, abre por todos os lados os seus portais. [...] A catedral abre-se para a cidade. Para a ensinar. Os pórticos são escolas. Não falam latim. Têm a missão de vulgarizar a ciência dos doutores e esta tarefa de edificação justifica todas as despesas, a enorme dilapidação de materiais e de trabalho em que se perde o fruto das coletas e das taxas, tantas riquezas extorquidas pelos bispos e pelos cônegos aos mercadores das cidades e aos camponeses dos campos circundantes. [...] No interior da catedral, a janela repete o ensinamento dado no pórtico. O fiel transpõe o limiar. Ergueu-se um grau acima na contemplação [...]. Deus já lhe fala, numa claridade sobrenatural. Tarefa imensa, entre tantas janelas, armar a decoração abundante dos vitrais.

Georges Duby, *O Tempo das Catedrais – a arte e a sociedade 980-1420*, Ed. Estampa, Lisboa, 1993, pp. 285-288, 294.

1. A partir do documento, **explicita** as evidências que, segundo o historiador, fundamentam as funções e a importância simbólica da catedral no espaço urbano.

Proposta de resolução

Explicitação clara de cinco de entre as seguintes evidências:

- a catedral é o símbolo de Deus;
- a catedral é o refúgio na cidade contra o mal;
- a catedral é marcada pela verticalidade o que, em termos simbólicos, permite chegar mais perto de Deus;
- a catedral é a casa do bispo na cidade e a ela acedem o clero e o povo;
- o espaço interior da catedral é diferente do das igrejas anteriores;
- a catedral é um espaço unificado;
- um novo conceito de luz está presente na catedral gótica, que surge como símbolo do próprio Deus;
- a catedral é o símbolo da cidade;
- a catedral é a escola que ensina aos fiéis a mensagem dos Evangelhos;
- o portal e os vitrais surgem como elementos cuja decoração transmite aos crentes uma determinada mensagem;
- a catedral é símbolo de orgulho da cidade sendo a sua construção apoiada por todos os seus habitantes;
- entrar na catedral permite aos fiéis chegar mais perto da divindade.

3. VALORES, VIVÊNCIAS E QUOTIDIANO

DOC. 2 A CULTURA CORTESÃ E O AMOR CORTÊS NA IDADE MÉDIA

A cultura da cavalaria medieval é a primeira forma moderna de cultura baseada na organização palaciana, a primeira em que existe uma verdadeira unidade espiritual entre os príncipes, os cortesãos e os poetas. [...] A cultura cortesã da Idade Média distinguiu-se de todas as culturas palacianas anteriores – até mesmo daquela das cortes helenísticas, também fortemente influenciada por mulheres – sobretudo pelo acentuado caráter feminino. É feminina não apenas pelo facto de as mulheres participarem na vida intelectual da corte e influenciarem a linha de criação poética, mas também porque o pensamento e o sentimento dos homens é, em muitos aspetos, feminino. Ao contrário da antiga poesia heroica e até das *chansons de geste* francesas, que eram escritas para um público de homens, as cantigas de amor provençais e os romances bretões de Artur eram fundamentalmente endereçados a mulheres. [...] A mulher, que em tempos antigos tinha sido simplesmente a escrava, a possessão do homem, uma presa de guerra e de conquista, cujo destino, mesmo nos primórdios da Idade Média, ainda estava muito dependente da vontade arbitrária da família e do senhor, adquire agora uma posição que parece, no começo, verdadeiramente incompreensível. [...] O amor não foi uma descoberta dos poetas cavaleiros das cortes, mas adquiriu um novo significado através das suas obras. [...] Novo na poesia cavaleiresca é o culto do amor, a noção de que este tem de ser defendido e preservado; nova é a crença em que o amor constitui a fonte de tudo o que é bom e belo, e de que toda a ação odiosa, todo o sentimento indigno, é uma traição ao ser amado; nova é a ternura e a intimidade de sentimento, a reverência quase religiosa que o amante sente ao menor pensamento da mulher a quem ama; o próprio facto de que o homem é o pretendente, é quem solicita os favores da mulher requestada, significa uma inversão das relações originais entre os sexos [...]. A cortesia requer que a mulher se mostre fria e que o homem anseie até à morte. A atitude cortesã e cavaleiresca é de infinita paciência e profunda abnegação no homem, envolvendo a extinção da sua própria vontade e o sacrifício do seu próprio ser à vontade da mulher como um ser superior. A cortesia exige do homem a completa aceitação de que o objeto do seu culto é totalmente inatingível [...]. Será compreensível que um senhor, um guerreiro, um herói, reprima profundamente o seu orgulho, a sua personalidade autoritária, e implore o amor de uma mulher ou, antes, a dádiva de ser meramente consentido declarar o seu próprio amor – estaria ele disposto a aceitar, em troca da sua dedicação e lealdade, nada mais que um sorriso, um gracioso olhar, uma palavra afetuosa? A singularidade de tal situação é realçada pela circunstância de que, apesar de todo o rigor moral da concepção medievá, esse amante declara abertamente os seus sentimentos nada castos em relação a uma mulher casada que, além do mais, é normalmente a esposa do seu suserano e anfitrião.

Arnold Hauser, *História Social da Arte e da Literatura*, Martins Fontes, S. Paulo, 1998, pp. 212-216.

1. **Apresente** três argumentos que, segundo o autor, fazem da cultura cortesã medieval uma cultura feminina.
2. **Enuncie** quatro características do amor cortês.

Proposta de resolução**1. Apresentação clara de três de entre os seguintes argumentos:**

- é uma cultura influenciada pelas mulheres;
- as mulheres participam de forma mais ativa na vida intelectual da corte;
- a produção cultural revela uma influência inspiradora da mulher;
- a cultura cortesã dirige-se às mulheres;
- as mulheres surgem com uma posição de destaque na criação cultural, sobretudo literária, mas também na arte.

2. Enunciado claro de quatro de entre as seguintes características:

- o amor cortês trazia consigo uma nova forma de amor;
- o amor surgiu como algo que deve ser defendido e preservado;
- o amor era visto como um sentimento elevado de onde tudo deriva;
- o amor cortês estava profundamente ligado à ternura e ao sentimento para com o objeto amado;
- no amor cortês o homem procurava os favores da sua amada;
- o amor cortês mudou a relação tradicional entre os sexos;
- a mulher amada era sempre considerada distante;
- o amor cortês não se concretizava porque o objeto de desejo, a mulher amada, era sempre inatingível.